

No Art. 347 do PDE, *Título IV, Capítulo V, Seção III*, que regra a elaboração dos planos de bairro no sistema de planejamento, há certa timidez no texto, que não define quem irá produzir o plano, mas sim quem poderia realizar, ou seja, não determina ou indica, quem é o responsável pelo poder público, para programar a produção dos planos de bairro por Subprefeitura, pelo menos no entendimento que tive.

A solução pra isso poderia ser uma reestruturação da supervisão (e núcleos) de planejamento urbano das Subprefeituras previstos no *Título IV, Capítulo I, Art.324, Parágrafo 1º* e envolver os CPMs correspondentes nessa elaboração, ambos serem subsidiados por Planurb (SMUL), então, por exemplo, a partir dos históricos de dados fornecidos e critérios estabelecidos, criar uma metodologia de trabalho juntamente com Planurb e Subprefeitura, podendo ficar a cargo dos CPMs identificar quais bairros poderiam iniciar seus planos, votar essa priorização atentos às demandas da população, articulando-se com organizações, associações, movimentos, enfim coletivos desses bairros. Os CPMs também poderiam sugerir metas para um calendário anual, ou bienal de produção de planos de bairro, tendo em vista as informações aglutinadas nas etapas convencionadas com Planurb e Subs, o que poderia coincidir com os mandatos inclusive, enfim tal qual fazemos no projeto de lei orçamentária anual.

Portanto, **a proposta é que esse artigo seja reformulado contemplando de forma clara e objetiva, posicionar, de quem são os papéis entre poder público e sociedade civil, desde a atribuição, elaboração, implementação, orientação, monitoramento e viabilização; de forma que possa estruturar a supervisão (e núcleos) de planejamento urbano das Subprefeituras e juntamente com os CPMs, garantir a participação social em todas as etapas do processo de criação dos planos de bairro.**